

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.662 - MG (2019/0239075-9)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RECORRIDO : ROBERTO SEBASTIAO PIMENTA**  
**ADVOGADOS : RODRIGO SUZANA GUIMARÃES - MG065553**  
**RAQUEL LINHARES SAD - MG093899**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 545/546):

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. PRELIMINARES DE NULIDADE PROCESSUAL E DE INÉPCIA DA DENÚNCIA REJEITADAS. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. ART. 149, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TRABALHO ESCRAVO CARACTERIZADOS NOS AUTOS. MATERIALIDADE E AUTORIA CONFIGURADAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. DELITO DO ARTIGO 203 DO CÓDIGO PENAL NÃO CONFIGURADO NA SITUAÇÃO DOS AUTOS. ABSOLVIÇÃO DO RÉU, NOS TERMOS DO ART. 386, III, DO CP. MANTIDA A ABSOLVIÇÃO DA IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO ART. 207, § 1º, DO CP. DOSIMETRIA AJUSTADA.*

*1. A expedição da precatória não suspende a instrução criminal, conforme previsão explícita do § 1º do art. 222 do CPP. A eventual inobservância da ordem prevista no art. 400 do CPP configuraria nulidade relativa, dependendo de demonstração do efetivo prejuízo ao exercício do direito de defesa, o que não ocorreu.*

*2. Eventual equívoco na indicação da data da fiscalização Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego não implicou em qualquer prejuízo ao réu, pois não interferiu na compreensão dos fatos e nem decorreu cerceamento de sua defesa, sobretudo porque toda documentação juntada aos autos aponta a data exata em que foi operada a fiscalização. Preliminar de inépcia da denúncia rejeitada.*

*3. A 14ª sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho editou a Convenção 29 que, em seu artigo 2º, conceitua trabalho forçado ou obrigatório como aquele exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o qual ele não se tenha oferecido de livre vontade.*

*4. As condições degradantes de trabalho e pessoais, bem como a permanência forçada em trabalho que o indivíduo tenha concordado previamente, configuram a conduta expressamente combatida no cenário internacional.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

5. A redação original do artigo 149 do Código Penal, com a expressão “condição análoga à de escravo”, não visa a uma situação jurídica; refere-se a um estado de fato em que a pessoa perde a própria personalidade e é tratada como simples coisa, privada de direitos fundamentais mínimos. A liberdade humana fica integralmente anulada, diante da submissão da pessoa a um senhor, reduzida à condição de coisa. A Lei 10.803/2003 não criou nova conduta incriminadora, mas apenas conferiu nova redação ao dispositivo que já repudiava criminalmente a prática de redução de trabalhadores a condição análoga à de escravos. Precedentes desta Corte.

6. O contexto probatório é suficiente para demonstrar a materialidade delitiva e a responsabilidade penal dos réus pela prática do delito previsto no art. 149, caput, do CP. Condenação mantida.

7. A fração de aumento de pena, em 1/3 (um terço), por força do concurso formal (art. 70 do Código Penal), confere a resposta criminal adequada ao caso dos autos, sobretudo com base nos casos análogos submetidos a este Tribunal. Reprimenda reduzida e substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direito.

8. Inexistindo sequer vestígio de emprego de fraude ou violência por parte do réu contra os trabalhadores para frustrar direito assegurado pelas leis trabalhistas, não há falar em cometimento do crime tipificado no art. 203 do Código Penal. Precedentes. Absolvção com base no art. 386, III, do CPP.

9. Nada a prover quanto à pretensão condenatória do Ministério Público Federal em relação ao delito previsto no art. 207, § 1º, do CP. Os autos não dão suporte à comprovação da prática delitiva. Mantida a absolvição do acusado.

10. Apelação do Ministério Público Federal não provida.

11. Apelação do réu parcialmente provida para absolvê-lo da imputação da prática do delito do art. 203 do CP e reduzir as penas fixadas em razão da prática do crime do art. 149 do Código Penal.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados e a prescrição decretada, de ofício, conforme ementa abaixo (e-STJ fls. 574/586):

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENAL. PROCESSUAL PENAL. ARTIGO 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ALEGADA OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. EMBARGOS REJEITADOS. PRESCRIÇÃO DECLARADA DE OFÍCIO.**

1. Embargos de declaração, recurso de natureza esclarecedora ou integrativa do julgado, têm aplicação em matéria penal nas hipóteses de ambigüidade, contradição, omissão ou obscuridade, conforme previsão do art. 619 do Código de Processo Penal.

# Superior Tribunal de Justiça

2. *Os embargos de declaração, ainda que opostos com fins de prequestionamento, não podem ser acolhidos quando não estão presentes os pressupostos do art. 619 do Código de Processo Penal. Inexiste vício a ser sanado.*
3. *Declarada, de ofício, a prescrição da pretensão punitiva estatal, tendo em vista não ser o acórdão marco interruptivo da prescrição, já que apenas confirmatório de sentença condenatória (entendimento firmado pela 3ª Seção do STJ e 2ª Turma do STF).*
4. *Embargos de declaração rejeitados. Prescrição declarada, de ofício.*

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 589/607), alega a parte recorrente violação dos artigos 59 e 117, inciso IV, do CP. Sustenta: (i) o aumento da pena-base, uma vez que houve fundamentação idônea para o desvalor das consequências do crime; (ii) que *o acórdão confirmatório da decisão condenatória é um acórdão condenatório, formal e materialmente, de modo a interromper o curso do prazo prescricional, nos termos do art. 117, inciso IV, do CP* (e-STJ fls. 600).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 639/651), o Tribunal *a quo* admitiu o recurso especial (e-STJ fls. 661/662), tendo o Ministério Público Federal opinado pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 679/686).

É o relatório. **Decido.**

O recurso não merece acolhida.

O Juízo sentenciante, ao majorar a pena-base, considerou o desvalor das consequências do delito, uma vez que *houve afronta à saúde dos trabalhadores, submetidos a condições insalubres* (e-STJ fls. 392).

O Tribunal *a quo* afastou tal fundamento, tendo em vista que *as consequências consideradas desfavoráveis pelo juiz a quo são próprias do tipo penal e não se prestam para elevar a sanção* (e-STJ fls. 539).

Com razão a Corte de origem.

No tocante à fixação da pena-base acima do mínimo legal, cumpre registrar que a dosimetria da pena está inserida no âmbito de

# *Superior Tribunal de Justiça*

discrecionariade do julgador, estando atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas dos agentes, elementos que somente podem ser revistos por esta Corte em situações excepcionais, quando malferida alguma regra de direito.

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a pena-base não pode ser fixada acima do mínimo legal com fundamento em elementos constitutivos do crime ou com base em referências vagas, genéricas, desprovidas de fundamentação objetiva para justificar a sua exasperação. Precedentes: HC n. 272.126/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 8/3/2016, DJe 17/3/2016; REsp n. 1.383.921/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 25/6/2015; HC n. 297.450/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 21/10/2014, DJe 29/10/2014.

No presente caso, os danos à saúde dos trabalhadores, por terem sido submetidos a condições insalubres, abstratamente e genericamente considerados, são inerentes ao tipo penal do crime de redução a condição análoga à de escravo, não podendo ser considerados para a majoração da pena-base.

Assim, não há qualquer ilegalidade na fixação da pena-base no mínimo legal.

Em relação à prescrição, o recurso não merece melhor sorte.

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, o acórdão que confirma a condenação, ainda que majore a pena, não constitui marco interruptivo da prescrição.

Nessa linha, os seguintes julgados:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DO ART. 4º, INC. I, DA LEI N. 8.137/1990. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA SENTENÇA. REDUÇÃO DE PENA. AUSÊNCIA DE INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. ORDEM*

# Superior Tribunal de Justiça

## CONCEDIDA.

*I - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que "O acórdão que confirma a condenação, mas majora ou reduz a pena, não constitui novo marco interruptivo da prescrição" (AgRg no RE nos EDcl no REsp n. 1.301.820/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 24/11/2016).*

*II - In casu, considerando a redução de pena para 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão operada na segunda instância, verifica-se que desde o último marco interruptivo, consistente na publicação da sentença condenatória (2/7/2010), transcorreu prazo superior a 8 (oito) anos, razão pela qual está extinta a punibilidade.*

*Ordem concedida para declarar a extinção da punibilidade dos pacientes com fundamento no art. 107, IV; art. 109, IV e art. 110, § 1º, todos do Código Penal, em razão da prescrição da pretensão punitiva do crime previsto no art. 4º, inciso I, da Lei n. 8.137/1990. (HC 478.242/AM, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019)*

## AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. TRANSCURSO DO LAPSO TEMPORAL ENTRE OS MARCOS INTERRUPTIVOS. OCORRÊNCIA.

*1. Firmou-se no âmbito de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que o acórdão que apenas confirma o decreto condenatório, como na hipótese, não constitui marco interruptivo da prescrição.*

*2. Considerando que o recorrente foi condenado à pena definitiva de 6 meses de detenção, e pagamento de 700 dias-multa, o prazo a ser observado para o cálculo da prescrição da pretensão punitiva estatal é o previsto nos arts. 109, inciso VI e 114, inciso II, ambos do Estatuto Repressivo, qual seja, 3 anos.*

*3. Fixado o prazo prescricional aplicável à espécie, registre-se que a sentença condenatória foi publicada em 29.4.2014 e até a presente data verifica-se o transcurso do prazo prescricional, motivo pelo qual deve ser extinta a punibilidade do agravante.*

*4. Agravo regimental provido. (AgRg no REsp 1711937/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019)*

## PROCESSO PENAL. PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECEPÇÃO E DESACATO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

*1. O acórdão confirmatório da condenação não constitui marco interruptivo da prescrição, ainda que reduzida a pena.*

# Superior Tribunal de Justiça

2. Decorrido lapso temporal superior a 3 anos entre os marcos interruptivos, operou-se a prescrição da pretensão punitiva da pena do delito de desacato fixada inferior a 1 ano.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1717712/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 112, I, DO CÓDIGO PENAL - CP. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

3. A Corte Especial deste Tribunal Superior, no julgamento do AgRg no RE nos EDcl no REsp 1301820/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 24/11/2016, pacificou o entendimento de que o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional, ainda que modifique a pena fixada.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1100334/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NÃO INTERRUÇÃO DO LAPSO TEMPORAL. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. ÚLTIMO MARCO INTERRUPTIVO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

2. "Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o acórdão que confirma a condenação, ainda que majore a pena, não constitui marco interruptivo da prescrição" (AgRg no AREsp 629.278/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016).

3. Transcorrido lapso superior a seis anos desde o último marco interruptivo do prazo prescricional - publicação da sentença condenatória (30/5/2012) -, está extinta a punibilidade do agente, cuja pena privativa de liberdade foi fixada em 5 anos e 4 meses de reclusão, pela prática do crime previsto art. 157, § 2º, I e II, do CP.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1662499/PA, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 12/12/2018)

# *Superior Tribunal de Justiça*

No presente caso, foi proferida sentença condenando o réu a 2 anos e 8 meses de reclusão, como incurso nas sanções do artigo 149 c/c 70 do CP.

Dessa forme, tendo em vista o *quantum* de pena fixado para o recorrido, excluído o aumento de 1/3, em razão do concurso formal, o prazo prescricional é de 4 (quatro) anos, conforme determina o art. 109, inciso V, do Código Penal.

Assim, levando-se em consideração o último marco interruptivo, qual seja, a publicação da sentença condenatória (setembro de 2014 - e-STJ fl. 397) até os dias de hoje, há que se reconhecer a prescrição da pretensão punitiva, visto que dentro deste intervalo transcorreu período superior a 4 anos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ e na Súmula n. 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator